BUSINESS, HUMAN RIGHTS AND THE ENVIRONMENT

The NOVA BHRE Blog

https://novabhre.novalaw.unl.pt/a-importa%cc%82ncia-da-componente-social-em-esg-como-chegar-a-um-standard-sendo-competitivo-e-responsavel/

A importância da componente social em ESG - Como chegar a um Standard sendo competitivo e responsável

January 16, 2023

About the author: João Maria Botelho is a LL.B student at NOVA School of Law, where he also works as a Research Assistant at the NOVA Business, Human Rights, and the Environment Knowledge Center. He has gained valuable experience in the field of sustainability, including working as an Energy Transition Researcher at the US Coalition on Sustainability and currently working as a Policy and Strategy intern at the Global Alliance for a Sustainable Planet and Energy and Sustainable Energy Transition Researcher at the Alliance for Affordable Energy (AAE). In addition to his studies and professional experience, João is also involved in various sustainability initiatives at NOVA, such as the Green Team at NOVA's Green Lab, where he is the only undergraduate student involved in relaunching the center. João has a strong interest in ESG and Sustainable Finance and has taken various courses and training in the field. He advocates for responsible business conduct that defends human rights and environmental standards. João has been recognized for his passion and dedication to sustainability and has been awarded the role of Sustainability ambassador at NOVA Law. In addition to his research at NOVA Ocean, under the supervision of former Portuguese Minister of the Sea and Territorial Planning, Assunção Cristas, João's ultimate goal is to pursue an international career in Business, Human Rights, and Sustainability.

A componente Social em ESG e uma visão geral dos mais recentes desenvolvimentos da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)

Os critérios ESG (Environmental, Social and Governance) tornaram-se extremamente importantes nas decisões económicas e políticas, pelo que é crucial desenvolver um conjunto de critérios que definam o que queremos dizer com *sustainble finance* . Neste sentido, os mercados financeiros precisam de informações claras e abrangentes sobre os impactos das mudanças climáticas. Por isso, é preciso ultrapassar o princípio de "Não Infligir Danos Significativos" (DNSH) e caminhar para o princípio de contribuição significativa mais ambiciosa (S.C.), que visa maximizar o impacto social e ambiental da criação de valor de uma empresa.

O que gostaria de propor centrar-se-ia na avaliação dos fatores ESG em termos relacionais, tendo em conta as interações internas e externas de uma empresa com a sua comunidade local/regional. Esta abordagem melhoraria o bem-estar dos trabalhadores e a capacidade da empresa de criar um desenvolvimento sustentável na comunidade local. Desta forma, o pilar social assume um papel central pelo que deve ser explicitamente considerado em futuras propostas.

Os fatores sociais recebem cada vez mais atenção, à medida que as questões sociais se tornam mais problemáticas e dispendiosas. As alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a poluição, as grosseiras violações dos direitos humanos, as desigualdades sociais, os problemas de saúde, os abusos laborais e os sistemas políticos democráticos "em ruínas" estão muitas vezes interligados.

Divulgações Financeiras relacionadas com o clima (TCFD)

O Conselho de Estabilidade Financeira criou a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) para melhorar e aumentar a divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima. A Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) é um grupo de trabalho formado pelo Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) em 2015 para desenvolver recomendações voluntárias sobre como as empresas devem fornecer informações financeiras relevantes e confiáveis sobre seus riscos e oportunidades relacionados ao clima. As recomendações da TCFD foram publicadas em 2017[1] e abordam questões como governança, metodologias de avaliação e comunicação de riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Entre as suas tarefas, a TCFD criou orientações de divulgação para ajudar as empresas a dar aos investidores, credores, seguradoras e outros *stakeholders* os conhecimentos necessários para melhor gerir a avaliação dos riscos e a informação sobre preços relacionados com o clima.

As orientações da TCFD para as divulgações financeiras relacionadas com as alterações climáticas são amplamente apoiadas e aplicadas às empresas de todas as indústrias e regiões. Estas orientações são tomadas para obter informações, tomar decisões e, futuramente, se suficientemente orientadas, ser incluídas nos arquivos financeiros. Exemplos deste conhecimento — inclui — avaliações quantitativas e qualitativas das origens, gravidade e controle dos riscos das alterações climáticas.

As recomendações colocam muita ênfase em procedimentos de "governação" razoáveis. Uma gestão eficaz dos riscos e oportunidades relacionados com o clima requer supervisão direta e liderança sénior sendo que, essas iniciativas, devem primeiramente vir do conselho de administração. Estas recomendações salientam vários passos de *due diligence* tais como reconhecer, investigar, medir, controlar e reportar sobre fatores cruciais relacionados com o clima – assim como qualquer outra questão crítica que possa pôr em causa a viabilidade *green* do projeto[2].

Sendo assim, é de se notar alguns desenvolvimentos em diferentes jurisdições a este respeito:

Nova Zelândia: Em 13 de abril de 2021, o governo da Nova Zelândia[3] anunciou a criação de legislação que passou a exigir que as entidades bancárias e financeiras específicas (e todas as instituições de crédito à habitação) e dívida listadas no NZX fizessem divulgações relacionadas com o clima em pleno cumprimento com o Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD). Este é o primeiro do seu tipo, e este regime de informação exigido é arrojado e amplo.

De acordo com o anúncio do governo da Nova Zelândia — a aprovação da FSAA faz da Nova Zelândia "o primeiro país do mundo a introduzir uma lei que exige que o setor financeiro divulgue o impacto das alterações climáticas nos seus negócios e explique como vão gerir os "riscos e oportunidades relacionados" com o clima[4]. Por exemplo, os emitentes corporativos serão obrigados a divulgar os riscos empresariais colocados pelas alterações climáticas, incluindo os impactos físicos nas suas operações e os riscos financeiros dos ativos físicos que têm valor de redução de risco devido às alterações climáticas.

Reino Unido: A adoção da recomendação do Grupo de Trabalho das Finanças Verdes para

incorporar o TCFD nas atuais orientações e códigos regulamentares (o Reino Unido foi obrigado a responder a isso até ao outono de 2021)[5] reforçou o controlo regulamentar para o Conselho de Relato Financeiro ao abrigo das alterações estratégicas de 2013 XII e 2017 à Lei das Empresas de 2006 para incluir as divulgações recomendadas das recomendações do TCFD nos relatórios e relatórios estratégicos dos diretores.

Canadá: Em 2022 observamos novos ajustes aos requisitos de divulgação de risco climático definidos a nível provincial pelos administradores canadianos de valores mobiliários, com o apoio do governo federal através de requisitos de divulgação na Lei canadiana das empresas empresariais, ao abrigo da legislação seguinte[6]:

- A Canadian Business Corporation Act, Parte XIV Financial Disclosure é atualizada com requisitos para que as demonstrações financeiras incluam divulgações ambientais;
- Atualizações ao Instrumento Nacional 51-102 Obrigações contínuas de divulgação e instrumento nacional 58-101 Divulgação de Práticas de Governança Corporativa iii;
- Atualizações para aviso de pessoal da CSA 51-333 iv.

União Europeia: A União Europeia está neste momento a discutir se todos os fundos de investimento e os bancos terão de revelar se o seu CAPEX e o OPEX estão alinhados com o sistema de taxonomia de finanças sustentáveis. Em seguida, todas as empresas devem incluir a sua informação financeira sustentável nos seus Relatórios Financeiros anuais, incluindo se as práticas da sua empresa estão alinhadas com as políticas do ESG (Ambiente, Social e Governo). As instituições bancárias provavelmente irão pressionar as pequenas e microempresas a revelarem informações sobre as suas práticas ambientais, uma vez que os bancos têm de justificar os empréstimos que concedem.

As Nações Unidas e a União Europeia já tornaram os valores do ESG algo que o mundo vê como mais sustentável, inclusivo, justo e digno. Isto faz com que a ESG valore um pilar inevitável da reputação de uma empresa. Por conseguinte, tanto as grandes como as pequenas empresas devem ter em conta os valores do ESG. A emissão de green bonds europeias caiu para $46,5 mil milhões no segundo trimestre de $74,19 mil milhões no mesmo período do ano passado, de acordo com a Climate Bonds Initiative, um rastreador de dívida verde baseado no Reino Unido[7]. Embora a Europa tenha permanecido a região que mais contribuiu para a dívida verde a nível mundial, a sua quota de emissão caiu para 41,7% no trimestre, contra 54,8% há um ano.

Como melhor incorporar os padrões sociais atuais

É fundamental compreender que a componente "S" no ESG precisa de cooperação dentro e fora das relações da empresa. Tem de haver uma melhoria e melhor estruturação das políticas sociais. Melhorar o bem-estar dos trabalhadores e ajudar a desenvolver a área local de forma sustentável irão efetivar as reais implicações positivas do comércio justo. Neste sentido, para melhor percecionar os fatores que determinam o que deve ser feito — devemos colocar os nossos olhos nos indivíduos, nas equipas, nas organizações — e fazer a reflexão "Como podem estas trabalhar em conjunto para melhorar o seu sentido de comunidade, aumentar o seu *empowerment e praticar* uma ajuda mútua?".

A incorporação adequada de normas sociais no processo de investimento pode ajudar a reduzir o *investment risk* e a cumprir o dever fiduciário de autotransformação na compreensão dos *stakeholders* e *shareholders*.

A ligação entre as empresas e os direitos humanos está bem estabelecida atualmente — muitos recursos estão disponíveis para aumentar a compreensão do "S" no ESG e continuar a trabalhar em estreita colaboração com especialistas é fundamental para uma evolução sustentável do mercado. Exemplos de considerações sociais no ESG incluem os esforços de maior diversidade e inclusão (de uma empresa) e o seu impacto nas comunidades locais, como por exemplo através da criação de mais redes de emprego.

Uma melhor análise do investimento pode ser alcançada utilizando mais fortemente os

indicadores sociais. Os aspetos orientados para a *data* podem ser combinados com abordagens mais qualitativas, criando uma melhor imagem (de uma empresa ou investimento). A tecnologia atual está a tornar mais acessíveis dados, o que pode ajudar a criar informação que não se baseie apenas na autodeclaração. Esta combinação de dados e abordagens qualitativas pode melhorar a geração alfa e o resultado global de um empreendimento. Compreender indicadores sociais pode ajudar as empresas a identificar oportunidades mais lucrativas e duradouras. Por exemplo, as questões dentro de uma cadeia de abastecimento são uma grande parte do desempenho social de uma empresa. Por conseguinte, é necessário prestar mais atenção a estas questões e a outros indicadores coletivos para ajudar a identificar melhores oportunidades.

Conclusão

A União Europeia (UE) está a tomar medidas para promover a integração de considerações ambientais, sociais e de governança (ESG) nas suas políticas e regulamentações[8].Incluindo a criação de novas leis e regulamentos para aumentar a transparência e a responsabilidade das empresas em relação aos seus impactos ambientais e sociais, bem como o financiamento de projetos sustentáveis através de fundos da UE. Além disso, a UE está a trabalhar para promover a integração de considerações ESG nos mercados financeiros e nos investimentos públicos e privados.

Gostaria de mencionar, adicionalmente e em jeito de conlusão, em matérias europeias que alguns dos próximos passos em matéria de ESG que a Europa terá de travar até 2023 incluem[9]:

- A finalização e implementação do Quadro de Investimento Sustentável da UE, que estabelece diretrizes para a integração de considerações ESG nos investimentos da UE e nos mercados financeiros.
- A revisão e atualização das regulamentações e diretrizes da UE em matéria de divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG) pelas empresas.
- O desenvolvimento de uma estratégia de financiamento verde para a agricultura e a pecuária na UE, visando aumentar a sustentabilidade desses setores.
- A criação de uma plataforma de monitorização para acompanhar o progresso na implementação das metas e objetivos do Acordo Verde Europeu.
- A promoção de um mercado interno de energia sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono na UE através da implementação de políticas e medidas específicas.

Em 2023, o Reino Unido vai passar a exigir que as empresas divulguem o risco climático, seguindo as recomendações do Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras relacionadas com o Clima. Da mesma forma, a Nova Zelândia exigirá revelações semelhantes até 2025. As recomendações do TCFD tornaram-se um requisito regulamentar em muitos países, incluindo o Canadá, a África do Sul, a Suíça e a União Europeia.

Milhares de empresas em todo o mundo trabalharam em conjunto para criar um quadro de reporte, baseado em orientações consistentes para a divulgação, para proporcionar transparência em torno das exposições de risco de uma empresa relacionadas com o clima a investidores, subscritores de seguros e credores. O objetivo deste quadro é melhorar a qualidade e a consistência destas divulgações para que as economias possam compreender melhor o impacto que uma empresa tem nas alterações climáticas.

Em conclusão, é evidente que o enfoque nas questões ambientais, sociais e de governança (ESG) tem sido cada vez mais importante nos últimos anos, especialmente entre os jovens investidores. O capital humano e as ações podem contribuir para melhorar o sentido de comunidade, capacitação e práticas de ajuda mútua, mas ainda há muito que pode e será feito no futuro para reforçar a presença do “S” no ESG. Além do ambiente, as gerações mais jovens estão cada vez mais preocupadas com questões sociais como a

pobreza global, a desigualdade e a discriminação. A pandemia tem aumentado o interesse pelas questões sociais entre os jovens, e muitos deles sabem que a crise tem agravado as desigualdades existentes. Investir em soluções sustentáveis, como a inovação científica e verde, bem como políticas resilientes ao clima, pode ser uma possível forma de evitar o "ponto de não retorno".

[1] Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). (2017). Recomendações da TCFD. Disponível em: https://www.fsb-tcfd.org/publications/recommendations-report/.

[2] O termo "Devida Diligencia" refere-se à investigação cuidadosa e prudente realizada por uma empresa antes de tomar uma decisão de investimento. Esse processo inclui a avaliação de riscos e oportunidades, a identificação de potenciais problemas e a procura de informações relevantes para apoiar a tomada de decisão mais "correta". A Devida Diligencia é um processo importante para garantir que as empresas fazem investimentos informados e sustentáveis.

[3]"New Zealand requires banks and insurers to disclose climate risks in line with TCFD recommendations"- https://www.fsb-tcfd.org/2021/04/13/new-zealand-requires-banks-and-insurers-to-disclose-climate-risks-in-line-with-tcfd-recommendations/

Comunicado de imprensa do Ministério das Finanças da Nova Zelândia sobre a criação da legislação: https://www.beehive.govt.nz/release/climate-related-financial-disclosures-legislation-announced

Texto da legislação: https://www.legislation.govt.nz/bill/government/2021/0147/latest/whole.html

Página da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) sobre a Nova Zelândia: https://www.fsb-tcfd.org/new-zealand/

Artigo do The Guardian sobre a criação da legislação: https://www.theguardian.com/world/2021/apr/13/new-zealand-to-create-worlds-first-climate-disclosure-law-for-banks-and-insurers

[4] "New Zealand becomes first country to require banks to disclose climate risk" (13 de abril de 2021). Disponível em: https://www.theguardian.com/environment/2021/apr/13/new-zealand-becomes-first-country-to-require-banks-to-disclose-climate-risk

"New Zealand becomes first country to introduce law requiring banks to disclose climate impact" (13 de abril de 2021). Disponível em: https://www.businessgreen.com/news/4010386/new-zealand-becomes-first-country-to-introduce-law-requiring-banks-to-disclose-climate-impact

"New Zealand becomes first country to require banks to disclose climate risks" (13 de abril de 2021). Disponível em: https://www.climatechangenews.com/2021/04/13/new-zealand-becomes-first-country-to-require-banks-to-disclose-climate-risks/

"New Zealand passes first-of-its-kind law requiring banks to disclose climate risks" (13 de abril de 2021). Disponível em: https://www.reuters.com/article/new-zealand-banks-climate-idUSL1N2MZ1J1

[5] "UK government confirms TCFD recommendations will be integrated into corporate reporting frameworks" (5 de maio de 2021). Disponível em: https://www.climatechangenews.com/2021/05/05/uk-government-confirms-tcfd-recommendations-will-integrated-corporate-reporting-frameworks/

"UK confirms green finance taskforce recommendation on TCFD will be integrated into

corporate reporting frameworks" (5 de maio de 2021). Disponível em: https://www.businessgreen.com/news/4017973/uk-confirms-green-finance-taskforce-recommendation-tcfd-integrated-corporate-reporting-frameworks

"UK to integrate TCFD recommendations into corporate reporting frameworks" (6 de maio de 2021). Disponível em: https://www.pionline.com/regulation/uk-integrate-tcfd-recommendations-corporate-reporting-frameworks

"UK confirms TCFD recommendations will be integrated into corporate reporting frameworks" (6 de maio de 2021). Disponível em: https://www.finextra.com/newsarticle/38118/uk-confirms-tcfd-recommendations-will-be-integrated-into-corporate-reporting-frameworks

[6] "Canadian Securities Administrators Update Disclosure Requirements" (22 de fevereiro de 2021). Disponível em: https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=1e9f22a3-8a3e-4930-b81d-f5cefd3b84d3

"Canadian Securities Administrators Update Disclosure Requirements" (23 de fevereiro de 2021). Disponível em: https://www.mondaq.com/canada/securities-laws/1018151/canadian-securities-administrators-update-disclosure-requirements

"CSA proposes amendments to disclosure requirements for environmental matters" (17 de fevereiro de 2021). Disponível em: https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=f1cddd49-611f-48c0-b8d1-c841b9a67b1f

"CSA proposes new environmental disclosure requirements" (17 de fevereiro de 2021). Disponível em: https://www.theglobeandmail.com/business/article-csa-proposes-new-environmental-disclosure-requirements/

[7] "Green bond issuance in Europe falls 40% in Q2 2020" (22 de julho de 2020). Disponível em: https://www.climatebonds.net/media-centre/media-releases/green-bond-issuance-in-europe-falls-40-in-q2-2020

"Green bond issuance in Europe falls 40% in Q2 2020" (22 de julho de 2020). Disponível em: https://www.climatechangenews.com/2020/07/22/green-bond-issuance-europe-falls-40-q2-2020/

"Green bond issuance in Europe falls to $46.5bn in Q2 from $74.19bn in the same period last year" (22 de julho de 2020). Disponível em: https://www.businessgreen.com/news/4022822/green-bond-issuance-europe-falls-465bn-q2-7419bn-same-period-last-year

"Green bond issuance in Europe falls 40% in Q2 2020" (22 de julho de 2020). Disponível em: https://www.reuters.com/article/europe-greenbonds/green-bond-issuance-in-europe-falls-40-in-q2-2020-climate-bonds-initiative-idUSL8N2FV7ZC

[8] "EU green finance strategy: where are we now and what's next?" (14 de maio de 2021). Disponível em: https://www.climatechangenews.com/2021/05/14/eu-green-finance-strategy-whats-next/

"EU's green finance strategy: where are we now and what's next?" (13 de maio de 2021). Disponível em: https://www.euractiv.com/section/energy-environment/news/eus-green-finance-strategy-where-are-we-now-and-whats-next/

"A European Green Deal" (n.d.). Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en

"Financing sustainable growth: Promoting sustainability in the financial sector" (n.d.). Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/financing-sustainable-growth-promoting-sustainability-financial-sector_en

[9] "European Green Deal: Next steps" (26 de novembro de 2020). Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/european-green-deal-next-steps_en

"EU green finance strategy: where are we now and what's next?" (14 de maio de 2021). Disponível em: https://www.climatechangenews.com/2021/05/14/eu-green-finance-strategy-whats-next/

"The European Green Deal: Next Steps" (22 de outubro de 2020). Disponível em: https://www.environmentalleader.com/2020/10/the-european-green-deal-next-steps/

"European Commission's Action Plan for Sustainable Finance: Next Steps" (22 de outubro de 2020). Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2020/10/22/european-commission-s-action-plan-for-sustainable-finance-next-steps/

Suggested citation: J. M. Botelho, 'A importância da componente social em ESG – Como chegar a um Standard sendo competitivo e responsável', Nova Centre on Business, Human Rights and the Environment Blog, 16th January 2023.